

Art. 2.º São promovidas a alferes médicos e veterinários milicianos todas as praças de qualquer arma ou serviço do efectivo ou da reserva que tenham o curso de medicina de qualquer das universidades do país, ou carta de doutoramento em qualquer escola ou faculdade estrangeira, confirmada segundo o preceito do artigo 3.º da lei de 24 de Abril de 1861, e o curso completo de veterinário.

O Ministro da Guerra assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 20 de Abril de 1916.—*Bernardino Machado*—*José Mendes Ribeiro Norton de Matos*.

## 1.ª Direcção Geral

### 4.ª Repartição

#### DECRETO N.º 2:346

Existindo em todas as unidades do exército grande número de praças, quer dos quadros permanentes quer licenciadas, classificadas no 4.º grupo de que trata o artigo 391.º da organização do exército, por saberem ler, escrever e contar correctamente; e achando-se essas praças inibidas de ascender ao posto de segundo sargento, por não possuírem exame de instrução primária, 2.º grau, que é condição indispensável para admissão ao concurso ao referido posto; e determinando o § 3.º do artigo 2.º da carta de lei de 14 de Setembro do ano findo que o citado exame seja dispensado para a promoção ao mesmo posto, em tempo de guerra; e convindo habilitar, o mais rápido e consentaneamente, o máximo número de praças para se acudir às necessidades da promoção ao referido posto, para efeito da mobilização do exército: hei por bem, sob proposta do Ministro da Guerra, decretar o seguinte:

1.º Que todas as praças, quer dos quadros permanentes quer licenciadas, classificadas no grupo 4.º do artigo 391.º da organização do exército, por não possuírem o exame de instrução primária, 2.º grau, seja aplicado o disposto no § 3.º do artigo 2.º da carta de lei de 14 de Setembro de 1915.

2.º Que as mesmas praças deverão frequentar, desde já uma escola de sargentos, com a duração de três semanas para a infantaria e administração militar e de quatro para a engenharia, artilharia, cavalaria e serviços de saúde, sendo dispensado, para a admissão na dita escola, as escolas de recrutas e de repetição.

3.º Que seja dado exacto cumprimento ao disposto no artigo 86.º da parte IV do regulamento para a instrução do exército metropolitano.

4.º Que seja permitida a admissão das referidas praças no concurso para segundo sargento, embora não tenha concluído ainda a referida escola de sargentos.

5.º Que as promoções dos concorrentes nas condições do número anterior se façam segundo a ordem da respectiva classificação, mas sob a condição de terem os mesmos concorrentes obtido boa informação na referida escola.

O Ministro da Guerra assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 20 de Abril de 1916.—*Bernardino Machado*—*José Mendes Ribeiro Norton de Matos*.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

### Repartição do Gabinete

#### DECRETO N.º 2:347

Atendendo ao reduzido número de oficiais subalternos das diferentes classes da armada;

Considerando o necessário desenvolvimento a dar a todos os serviços da defesa naval;

Atendendo, ainda, a que uma parte desses oficiais está empregada em serviços de secretaria das várias divisões autónomas do Ministério da Marinha e nas capitánias, serviços que é de toda a vantagem se conservem devidamente organizados;

Considerando, finalmente, que alguns deles podem ser desempenhados por oficiais reformados, o que permite empregar os subalternos do activo nos serviços de defesa;

Usando da autorização que me confere a lei n.º 491, de 12 de Março findo: hei por bem, sob proposta do Ministro da Marinha, ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Podem ser empregados em serviços moderados, em terra, os oficiais e praças da armada, na situação de reformados por parecer da Junta de Saúde Naval, que voluntariamente se oferecerem, ou os que o Ministro da Marinha julgar conveniente utilizar.

Art. 2.º O Ministro da Marinha poderá mandar inspeccionar novamente pela referida Junta, quando o entenda necessário e para os fins indicados no artigo 1.º, os oficiais e praças da armada actualmente na situação de reforma.

§ único. Quando o Ministro, ou o inspeccionado, se não conformar com a decisão da Junta de Saúde Naval, será aplicável o disposto nos artigos 215.º, 216.º e 217.º do Regulamento do Serviço de Saúde Naval, aprovado por decreto de 18 de Novembro de 1914.

Art. 3.º Os oficiais reformados, quando prestem os serviços a que se refere o artigo 1.º, receberão, além dos vencimentos como reformados, a gratificação complementar necessária para completar os vencimentos que teriam no posto do quadro activo em que se achavam quando foram reformados, se os serviços forem prestados em Lisboa, e a mesma gratificação e o subsídio estipulado por lei para as capitánias, quando prestarem serviço fora de Lisboa.

Art. 4.º As praças do estado menor, quando prestarem os serviços a que se refere o artigo 1.º, receberão, além da sua pensão de reforma, a gratificação a que se refere o artigo 11.º do decreto de 29 de Maio de 1907.

Art. 5.º As praças de marinagem, que prestarem os serviços a que se refere o artigo 1.º, receberão, além da sua pensão de reforma, a gratificação estabelecida pelo artigo 11.º do decreto de 29 de Maio de 1907.

Art. 6.º As despesas consequentes da execução deste decreto sairão da verba destinada às «Despesas excepcionais resultantes da guerra».

Art. 7.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 20 de Abril de 1916.—*Bernardino Machado*—*António José de Almeida*—*António Pereira Reis*—*Luis de Mesquita Carvalho*—*Afonso Costa*—*José Mendes Ribeiro Norton de Matos*—*Vitor Hugo de Azevedo Coutinho*—*Augusto Luis Vieira Soares*—*Francisco José Fernandes Costa*—*Joaquim Pedro Martins*—*António Maria da Silva*.

## MINISTÉRIO DO FOMENTO

### Direcção Geral da Agricultura

#### Repartição Técnica

#### DECRETO N.º 2:348

Tendo Jacinto Carneiro e Silva requerido, em conformidade com o artigo 29.º da parte VI do decreto de 24

de Dezembro de 1901 e 233.º do regulamento para a execução do regime florestal, aprovado por decreto de 24 de Dezembro de 1903, a submissão ao regime de simples policia florestal da propriedade abaixo designada;

Considerando que por parte das estações competentes foi reconhecida a conveniência da sujeição àquele regime da referida propriedade;

Sob proposta do Ministro do Fomento:

Hei por bem decretar a submissão ao regime de simples policia florestal da propriedade denominada Casal da Sanguinheira de Serpa, situada na freguesia de Bemposta, concelho de Abrantes, distrito de Santarém, pertencente a Jacinto Carneiro e Silva, abrangendo uma área total de 643<sup>h</sup>,27, que são constituídos por 1<sup>h</sup>,08 de pinhal, 149<sup>h</sup>,52 de montado de sôbro, 100<sup>h</sup>,40 de sementeira, olival e sobreiro, 268<sup>h</sup>,52 de sementeira e chaparral e 127<sup>h</sup>,75 de mato, como consta do respectivo processo e planta autêntica.

O seu proprietário fica obrigado a conservar arborizada a área actualmente revestida de arvoredos e a arborizar no prazo máximo de vinte anos todo o terreno inculto, ou sejam 127<sup>h</sup>,75, e a tomar o encargo de manter um guarda florestal auxiliar e a colocar nos limites da propriedade, nos termos legais, taboletas com letreiros indicativos do decreto de submissão ao regime florestal, a cumprir o preceituado na portaria de 13 de Janeiro de 1914, quando queira reservar o direito da caça e a sujeitar-se à fiscalização do pessoal dos serviços florestais.

Para os efeitos da execução de policia o presente decreto só surtirá efeito decorrido o prazo de trinta dias, a contar da data da afixação dos editais regulamentares, nos lugares públicos do estilo dos respectivos concelho e freguesia da situação desta propriedade.

O Ministro do Fomento assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 20 de Abril de 1916. — *Bernardino Machado* — *Francisco José Fernandes Costa*.

#### DECRETO N.º 2:349

Tendo José António de Oliveira Soares requerido, em conformidade com o artigo 29.º da parte VI do decreto de 24 de Dezembro de 1901 e 233.º do regulamento para a execução do regime florestal, aprovado por decreto de 24 de Dezembro de 1903, a submissão ao regime de simples policia florestal da propriedade abaixo designada;

Considerando que, por parte das estações competentes, foi reconhecida a conveniência da sujeição àquele regime da referida propriedade;

Sob proposta do Ministro do Fomento:

Hei por bem decretar a submissão ao regime de simples policia florestal da propriedade denominada Mogos, situada na freguesia da Graça do Divor, concelho e distrito de Évora, pertencente a José António de Oliveira Soares, abrangendo uma área total de 249<sup>h</sup>,1:000, que são constituídos por 196<sup>h</sup>,8:500 de azinho e sôbro, 23<sup>h</sup>,4:500 de pousio, 28<sup>h</sup>,3:500 de cultura arvense, 0<sup>h</sup>,1:750 de horta, 0<sup>h</sup>,0:500 de eira e 0<sup>h</sup>,2:250 de edificações e pátios, como consta do respectivo processo e planta autêntica.

O seu proprietário fica obrigado a tomar o encargo de manter um guarda florestal auxiliar e a colocar nos limites da propriedade, nos termos legais, taboletas com letreiros indicativos do decreto de submissão ao regime florestal, a cumprir o preceituado na portaria de 13 de Janeiro de 1914, quando queira reservar o direito da caça e a sujeitar-se à fiscalização do pessoal dos serviços florestais.

Para os efeitos da execução de policia o presente decreto só surtirá efeito, decorrido o prazo de trinta dias, a contar da data da afixação dos editais regulamentares, nos lugares públicos do estilo dos respectivos concelho e freguesia da situação desta propriedade.

O Ministro do Fomento assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 20 de Abril de 1916. — *Bernardino Machado* — *Francisco José Fernandes Costa*.